



Celular: a potência da comunicação¹

Vilma da Silva VILARINHO²
Marlivan Moraes de ALENCAR³
Centro Universitário Senac - São Paulo

RESUMO

Este texto pretende discutir de que forma a expansão do uso dos aparelhos celulares assim como seus recursos de produção de conteúdo têm contribuído para a constituição de novas formas de comunicar. Considera-se, neste trabalho, que os celulares são máquinas potentes, capazes de gerar situações sociais originais, sejam as de tipo democrático e livre, sejam as que afirmam ações de controle. Independente do caráter ideológico dessas situações, o fato é que os dispositivos móveis de comunicação formam um sistema aberto que, ao se acoplarem aos corpos, se tornam verdadeiras próteses tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: convergência tecnológica; comunicação móvel; informação; mobilização; controle

Os aparelhos de comunicação móveis, mais especificamente os celulares, têm se mostrado como um meio capaz de agregar todos os demais: televisão, rádio, aparelho telefônico, correio, internet. Isso se considerarmos somente o que traz a idéia de meio de comunicação. Essa lista se amplia quando se inclui a sua capacidade de produção de conteúdos: fotografia, vídeo, texto, infografia etc., além de sistemas de geoposicionamento, games, despertadores, agendas, máquinas de calcular, entre outros. Assim é que o sujeito que utiliza um celular está paramentado com uma ferramenta de comunicação, entretenimento e de produção de conteúdos como até o momento não era possível.

No âmbito da comunicação móvel propiciada por esta tecnologia, o aqui e agora pode ser registrado e compartilhado através de um único dispositivo, sem que para isso

¹Trabalho apresentado no DT5 Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Curso de Design Centro Universitário Senac - USP, email: vilmavilarinho@gmail.com

³Doutora em Antropologia PUCSP, email: marlialencar@hotmail.com. Membro do Grupo de Pesquisa Espaço-Espaço/Visualidade - Comunicação/Cultura.



seja necessária uma conexão a base de cabos e tomadas. Experimenta-se, por meio deste dispositivo, o estado de conectado, já não havendo a preocupação em ligá-lo ou desligá-lo, liberando assim a atenção de quem o manipula para a informação a ser produzida e enviada, uma vez que as interfaces gráficas estão cada vez mais intuitivas. É preciso deixar claro, no entanto, que essa capacidade de gerar dados não leva necessariamente à sua transmissão. Nesse caso, tanto o celular quanto o computador perdem a sua força interativa e se tornam espécies de depositários de tais dados.

Em uma sociedade baseada na tecnologia comunicativa, como a que se vive hoje, nunca se ofereceu tantos meios para acessar, produzir, transmitir, registrar e armazenar informações de todo tipo e em qualquer quantidade. Essas informações são transformadas em *bits* e guardadas em memórias artificiais cada vez mais pervasivas e ubíquas de modo a cumprirem o fim a que se propõem: o de se acoplarem aos corpos como recursos capazes de expandi-lo.

Por estas características, os dispositivos móveis parecem ter materializado de modo radical o proposto por Marshall McLuhan (1964) ainda na década de 1960, se tornando, afinal, a metáfora do meio de comunicação como extensão do homem, verdadeiras ‘próteses’, objetos indispensáveis para o funcionamento da vida, sobretudo nas metrópoles, onde a complexidade das relações exige presteza e aceleração nos processos de tomadas de decisão.

A conexão e sua abrangência são os novos definidores de territórios sociais, ao permitirem que pessoas através de tais aparelhos se desprendam das condições impostas pela concretude da fixidez em um lugar específico com código de endereçamento postal, e estabeleçam virtualmente uma comunicação que não mais se realiza somente através de interfaces de voz, mas também, por meio de imagens, textos e sons de variados tipos. Sujeitos conectados, *on-line*, postos em lugares diferente, distantes, mas paradoxalmente próximos; capazes de multiplicar o que sabem com simples um toque ao gerarem, enviarem e receberem conteúdos.

O mundo na ponta dos dedos, diante dos olhos e do ouvido, como a figura criada por Vilém Flusser: “a mão segura volumes para poder manipulá-los, o olho contempla superfícies para poder imaginar volumes, o dedo concebe para poder imaginar, e a ponta do dedo calcula para poder conceber;” (2008, p.18). Apesar desta afirmação se referir ao movimento que ocorre entre o concreto e o abstrato na produção de imagens – dividida pelo autor em dois tipos: as tradicionais (que vão do concreto para o abstrato) e as tecno-imagem (como as que vão do abstrato para concreto) – nesta discussão ela



adquire outro valor, na medida em que pode ser pensada como um modo de criação de realidades através do uso dos dispositivos móveis.

Basta andar nas ruas de qualquer cidade grande e se defrontar com meninas e meninos-placas anunciando nas esquinas promoções de lojas e construtoras, para observar que, quase invariavelmente, eles parecem resgatados do tédio pelo movimento dos dedos manipulando a máquina celular. Ágeis polegares concebem novos territórios, estabelecem relações, constroem outras realidades, possivelmente mais interessantes do que a vivida pelo corpo no espaço físico concreto.

O celular permite que estes sujeitos urbanos componham uma rede afetiva através da interação, uma rede capaz de criar um ambiente acolhedor e social a despeito do isolamento a que possam estar submetidos nestas condições de trabalho. Neste contexto, a idéia de território, geograficamente delimitado e localizado, ganha a qualidade de território informacional, definido por André Lemos como, “áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional se realizam a partir de dispositivos móveis e redes sem fio” (2007, p.128).

A situação acima pode ser incluída no que Canclini chama de Comunidades Transnacionais, onde os códigos que anteriormente permitiam definir agrupamentos são agora “cada vez menos os da etnia, da classe ou da nação em que nascemos” (1995, p. 61 e 62). Nesse caso, esses agrupamentos estariam na esfera do uso e no engajamento entre informação e tecnologia, situações nas quais as distinções ocorrem. Quando novos grupos emergem, utilizar essa tecnologia é afirmar que se participa das transformações de um mundo globalizado e que, potencialmente, está se instrumentalizado a influenciar e mesmo a modificar a realidade. O celular, dessa forma, potencializa as ações e se assim o faz, desequilibra, porque traz o inesperado, criando uma rede de conexões cujos efeitos podem ser imprevisíveis.

Ao se considerar que o poder de transmitir informação é o que confere ao telefone sua especificidade como aparelho de comunicação, há de se pensar também que quando ele se torna uma mídia de convergência multiplicam-se as informações distribuídas, uma vez que cada um dos que carregam consigo um celular podem, a qualquer momento, gerá-las e disseminá-las, o que justifica a afirmação de Lemos de que, “dentre as tecnologias móveis, o telefone celular tem sido o dispositivo maior da convergência tecnológica e da possibilidade de exercício efetivo dessa ‘rebelião’



política, mas também de constituição de relações sociais por contato imediato, seja através de voz, SMS, fotos ou vídeos” (2007, p.131).

A possibilidade de ser localizado no território informacional confere o status de “incluído”, reafirmando o que Canclini (1995) diz a respeito de uma atuação mais significativa na vida social. A produção e o consumo de informação, a qualquer hora e em qualquer lugar, podem contribuir para movimentos decisivos na sociedade. Assim é que acontecimentos recentes em várias partes do planeta parecem ir ao encontro dessa afirmação, colocando o celular como uma tecnologia disponível a quem souber utilizá-la, a despeito das intenções políticas e/ou ideológicas que os motivem. O celular encontra na conexão sua capacidade de gerar e criar novas realidades, como o que está em potência, algo que surpreende e pode adquirir características político-sociais inesperadas, para bem ou para mal.

Potência aqui é pensada de acordo com a proposta de Pierre Levy (1996) que o associa ao conceito de virtual. O virtual, segundo ele, não se opõe ao real, mas ao atual. Levy considera que o virtual é como um “nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.” (1996, p. 16). A atualização, desse modo, ocorre como um vir a ser de algo que não está contido na situação como previamente esperado. Este devir se processa por combinações e invenções originais produzindo qualidades novas que levam novamente ao virtual que, por sua vez, chama por uma nova atualização. No virtual há algo que existe em potência e não como ato. “O atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe” (LEVY, 1996, p. 17).

Uma dessas respostas é a modificação do que anteriormente se definia como vigilância, segundo o discutido por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2004). Que fique claro que estamos falando apenas de uma das respostas possíveis, talvez a mais dura quando se trata de relações sociais assimétricas que envolvem poder e domínio⁴. Na sociedade contemporânea, quando se trata de vigilância, já não basta mais ter somente os olhos sobre o corpo do outro, agora, é preciso também ter a consciência sobre suas ações, saber o que fala, quando e com quem. É a concretização do que Gilles Deleuze previu quando escreveu que,

⁴Considera-se nesta discussão que o controle é uma das facetas ou conseqüências da sociedade tecnológica contemporânea, não necessariamente aquilo que a define. A complexidade da comunicação e da tecnologia é que estas suportam diversas e variadas formas de socialização e de abordagem, desde as mais apocalípticas como a clássica discussão de Adorno e Horkheimer em relação à Indústria Cultural (1985) até as mais otimistas como a de McLuhan, por exemplo, e a idéia de Aldeia Global (1964).



Não há necessidade de ficção científica para conceber um mecanismo de controle que forneça a cada instante a posição de um elemento em meio aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica). Félix Guattari imaginava uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças ao seu cartão eletrônico, que removeria qualquer barreira; mas, do mesmo modo, o cartão poderia ser rejeitado tal dia, ou entre tais horas; o que conta não é a barreira, mas o computador que localiza a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal (1990, p. 225).

Para Deleuze (1990), o controle se dará por meio das tecnologias digitais, por sua capacidade de modulação, de ajustar-se e reconfigurar-se para atender as diversas nuances de controle. Nessa situação, os dados de qualquer pessoa podem ser acessados por um policial que o autua; os mesmos dados poderão ser acessados pelo governo para verificar a situação eleitoral, fiscal e social e ainda, por empresas interessadas em oferecer seus produtos, isto após terem acesso ao perfil de consumidor de tal indivíduo.

Um aspecto interessante desse tipo controle ocorre quando este cai no domínio do controlado, quando o vigiado faz uso da tecnologia para se impor aos que o controlam. Um acontecimento capaz de elucidar tal ruptura ocorreu em maio de 2006 em São Paulo quando o grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital) a colocou sob ameaça, através de ataques que se espalharam por vários pontos da cidade. Os alvos prioritários foram os postos policiais e as delegacias de polícia.

O motivo dos ataques teria sido a transferência de 765 detentos para a penitenciária de segurança máxima localizada em Presidente Bernardes. Esta transferência foi ordenada pelo governador interino, Claudio Lembo, após a descoberta pelo Serviço de Inteligência da Polícia⁵ de que lideranças do grupo criminoso estariam articulando um ataque às autoridades do Estado. Como reação à decisão oficial, os presos ordenaram o início de rebeliões por todo o Estado e o ataque a departamentos de Polícia. No primeiro dia da ação, 11 de maio, foram mortos sete policiais. As ações do PCC continuaram por quase uma semana⁶. O controle da situação estava nas mãos dos confinados.

⁵Informações coletadas nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e no site do Observatório de Segurança Pública; disponível em < <http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/cronologiapcc>>. Acesso em 07 de julho de 2009.

⁶De acordo com o Observatório de Segurança, até o dia 13 de maio, foram 63 ataques a delegacias, carros e bases das Polícias Militar, Civil e Guarda Metropolitana, resultando em 25 mortes de funcionários do Estado, 4 membros do PCC e um cidadão comum.



A onda de violência, segundo autoridades envolvidas nas investigações, teria sido organizada de dentro das penitenciárias, a partir da comunicação por meio de aparelhos celulares. O fato ficou marcado na história da cidade como o mês do terror provocado não só pela ação do PCC, mas também pela distribuição da informação entre usuários de aparelhos celulares que acabou por gerar um sentimento de apreensão e medo que talvez não tivesse tomado a dimensão que tomou, a ponto de paralisar a todos que abandonaram as ruas da metrópole, não fosse a rede conectiva que se formou em torno da ameaça.

A cidade abandonada se transformou em pauta jornalística. Os meios de comunicação de massa – TV, rádio, jornais – e os portais de notícia na internet propagavam e alardeavam os acontecimentos. Os corpos dos cidadãos supostamente livres, agora se mantinham em estado de confinamento: todos em suas casas ou locais de trabalho, cientes de que se saíssem seriam vistos e alvejados pelos criminosos. O que se estabeleceu nessa situação, foi a reprodução da sensação dos confinados sob a vigilância das estruturas *panópticas*, como a descrita por Foucault (2004).

Ainda que não houvesse perigo real, o medo do que poderia acontecer, deu ao cidadão comum a sensação de que tinha olhos sobre si, e de que as ruas estavam sendo constantemente vigiadas, mesmo que não fosse possível afirmar isto com certeza. O que se configurou naquele momento foi a transposição da sociedade disciplinar, adotada em ambientes de confinamento – prisões, escolas, hospitais etc. – para o espaço do deslocamento, da fluidez urbana. E o sujeito livre se sentiu preso nas ruas.

O *panóptico*, segundo Foucault (2004), surgiu para substituir os modelos de punição que vigoraram na Europa até o final do século XIX e que conferiam ao corpo toda a carga de suplício. Com esse dispositivo, começa um período de transição entre dois modelos de punição: do que tinha a dor física do corpo como objeto do castigo para o da vigilância, do controle e da correção. Nesse momento deu-se início ao que filósofo francês denominou de Sociedade Disciplinar.

Neste modelo, a punição passa a ser a do corpo confinado constantemente sob vigilância. O comportamento sob análise é o substrato que dará aos especialistas o saber sobre como controlá-los cada vez mais eficientemente. O poder se reconfigura com a detenção do conhecimento sobre o outro, prolonga sua razão de existir sob o discurso do cuidar e do corrigir. Agora, o corpo não é mais exposto até a morte, ele é aprisionado até que seja corrigido e recuperado. Nessa nova ordem é necessário mantê-lo sob domínio e estruturas físicas são erguidas para permitir o controle de muitos em um mesmo espaço.



O *panóptico* (pan=tudo + ótico=ver), idealizado pelo jurista Jeremias Bentham (1748–1832) atendeu perfeitamente as necessidades de controle em situações de confinamento. Seu projeto propunha um prédio em forma de um círculo com uma torre disposta ao centro. Com isso se mantinha a idéia de um poder central, que tudo ouve e tudo vê e, mais do que isto, este poder não tem nome, não tem rosto e nem mesmo presença garantida. No entanto, ele existe e vigia, ou melhor, dá esta sensação aos que estão sob seu alcance: os presos e confinados (FOUCAULT, 2004).

No Brasil, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmam que a população atual de presos se aproxima dos 450.000⁷, entre homens e mulheres, jovens e adultos, presos condenado e provisórios. Esse total, de acordo com o artigo 5º da LEP – Lei de Execução Penal – necessita ser classificado e separado de acordo com seus delitos e personalidades. Uma vez que os presos não apresentam os mesmos antecedentes seriam merecedores de tratamentos distintos. Diante de tal artigo, a Lei leva em consideração o principal objetivo do cumprimento de uma penalidade: o de resgatar ao convívio social o indivíduo que praticou o delito.

A classificação prevista pela Lei propõe que seja possível após tal separação, realizar um conjunto de ações corretivas, de forma individualizada e específica para cada grupo. Em complemento à Lei de Execução Penal, soma-se o art. 5º, XLVIII, da Constituição Federal cuja determinação é a de que pelos critérios de idade, sexo e delitos, as penas sejam cumpridas em estabelecimentos distintos. O fato é que, salvo a divisão por sexo, em algumas cidades brasileiras apenas paredes separam os confinados independente da gravidade dos delitos, conforme descreve Haroldo Caetano da Silva, Promotor de Justiça da Execução Penal em Goiânia:

De tal sorte, constroem-se caixas de concreto para onde são levados os presidiários, quaisquer que sejam as razões que tenham determinado a prisão. Misturam-se assaltantes com homicidas, traficantes com estupradores, jovens com veteranos do crime, condenados com presos provisórios.⁸

O que se percebe é que em função dos números, mais do que em função dos objetivos de ressocialização, constroem-se, como diz Caetano da Silva, caixas de

⁷Disponível em <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6604:radiografia-do-sistema-carcerario-revela-numero-desproporcional-de-presos-provisorios&catid=1:notas&Itemid=169>. Acesso em 09 de julho de 2009.

⁸Disponível em <<http://carceraria.tempsite.ws/fotos/fotos/admin/formacoes/6b6d7e71f9ec3972773bdba99ffad8ac.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2009.



concreto, espaços que não levam em consideração o Art. 88 da LEP que diz que “O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório”. As condições nas quais está submetida a população carcerária de longe apontam para uma possibilidade de ressocialização. Ao transformarem os presídios em áreas de isolamento sem a observância dos critérios adequados para a separação dos delitos, em muitos casos estes lugares se tornam verdadeiras escolas do crime.

Outro fator a levar-se em consideração é a falta de estrutura oferecida àquele que já cumpriu sua pena e está de volta à sociedade. Segundo declaração feita pelo juiz Antônio Henrique de Almeida Santos, ao Jornal da Cidade, do estado de Sergipe, “A ideologia nunca se traduziu em realidade. Existe uma base ideológica de reabilitar que não funciona em todo o Brasil. Pode até ter ilhas de excelência, mas no geral não funciona”. Santos completa dizendo que a

ressocialização não se dá só com o preso. Não adianta reabilitar uma pessoa se à família não dá o suporte necessário. A pessoa que vem de um meio sem a mínima condição - então, nunca houve socialização - volta para o mesmo meio, que já era difícil antes, sem nenhuma condição de trabalho, pois não aprendeu nada e agora numa condição ainda mais difícil, pois se tornou um ex-detento.⁹

Não é por acaso, que as taxas de reincidência em alguns estados brasileiros chegam aos 70%, como é o caso do estado do Piauí¹⁰. As medidas de tratamento demonstram-se ineficazes e contribuem para situações que se caracterizam como desrespeito e descaso com a vida humana e se reproduz a relação de poder do sec. XVII, que faz, de acordo com Foucault, com que “o carrasco se pareça com um criminoso, os juízes aos assassinos” (2004, p. 13).

Deleuze (1990) identificara que no final do século XIX esses espaços de confinamento descritos por Foucault entravam em crise, o que anunciava a eminente falência do sistema disciplinar, ainda que isto viesse a ocorrer em longo prazo. Para ele, uma sociedade baseada somente na disciplina já não seria mais possível, nem eficiente. Na contemporaneidade essa afirmação encontra eco com a informática tendo penetrado todos os espaços de ação dos indivíduos, como uma tecnologia capaz de estabelecer conexões comunicativas que fazem com que todos estejam – virtualmente – dentro da mesma rede.

⁹Disponível em <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=4184>. Acesso em 27 de maio de 2009.

¹⁰Disponível em <http://www.secjus.pi.gov.br/materia.php?id=286>. Acesso em 27 de maio de 2009.



O que distingue o celular

Apesar do crescimento exponencial da rede de telefonia móvel, não é exclusividade dos aparelhos celulares a força para mobilizar pessoas em função de uma causa ou situação, basta lembrar a confusão gerada pela narração feita por Orson Welles em 1938¹¹ da obra “A Guerra dos Mundos” do escritor inglês H. G. Wells¹². O que diferencia estes novos meios, sob seu aspecto comunicativo, é a sua força de conexão e a descentralização da informação. Diferentemente das mídias tradicionais (rádio e TV especialmente), os aparelhos celulares, quando operados em rede, criam um volume de conexões capaz de tornar praticamente impossível que se descubra de onde a informação original partiu.

Sua capacidade de mobilidade e a abrangência de linguagens propiciam que uma mensagem possa ser enviada rapidamente para um grupo de pessoas e que estas possam redirecionar para outros grupos, e assim sucessivamente, gerando uma rede de informação sem fio, sem origem e sem fim. É possível falar, sem nenhuma dúvida, em uma nova forma de comunicação a se instaurar, em um novo estilo de vida, com o celular tornado prótese. Assim se desenha um novo *habitus*, que segundo Pierre Bourdieu é “*princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (principium divisionis) de tais práticas*”¹³ (2007, p. 162).

Uma das principais diferenças entre a capacidade de ampliação e difusão do que é gerado como informação pelas mídias de massa¹⁴ e pelos dispositivos móveis de comunicação (esta também móvel) poder estar no que se faz com a informação, na percepção dos desdobramentos que esta potencialmente contém e, conseqüentemente, no modo de lidar com ela. O modelo explicativo deste novo modo de estar no universo da comunicação mediada, não é o mesmo que explica as mídias de massa, mas também

¹¹Disponível em <<http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/guerradosmundos/index2.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2009.

¹²Enquanto Welles narrava a ficção sob o formato de cobertura jornalística, tendo ao fundo como paisagem sonora a encenação da catástrofe, grande parte dos seus ouvintes entrava em pânico. A ficção relatava a invasão de marcianos em uma pequena cidade de New Jersey, a poucos quilômetros de Nova York, cidade sede da rádio CBS, de onde era feita a locução.

¹³Itálico do autor.

¹⁴Considerar aqui além das mídias de massa, a telefonia fixa.



não é o que trata da comunicação face a face. Se neste último a co-presença é indispensável e o corpo é elemento central de expressão e de participação efetiva dos envolvidos; na comunicação de massa o espaço compartilhado é dispensável e o tempo da produção da mensagem nem sempre é o mesmo da emissão ou da recepção, exceto nas emissões ao vivo.

O poder de comunicação está, no caso dos meios de massa, concentrado no pólo emissor que se dirige a um público que lhe é desconhecido e que, segundo Gabriel Tarde,

só se delineia a partir do momento, difícil de precisar, em que os homens dedicados aos mesmos estudos foram em número demasiado grande para poderem se conhecer pessoalmente, percebendo que os vínculos de uma certa solidariedade entre eles só se estabeleciam por comunicações impessoais de uma freqüência e de uma regularidade suficientes (1992, p. 35).

No caso da conexão via celular, esses vínculos são reestabelecidos a partir de uma rede formada por indivíduos que se relacionam de modo pessoal, ainda que forma ampliada e constituída por nós informativos, como um disse me disse aumentado à enésima potência.

John B. Thompson afirma que as novas tecnologias digitais estabelecem outros modelos de interação. Para explicar essas novas possibilidades o autor destaca que apesar de poder se “rotular genericamente essas situações como sendo variações de uma ‘interação mediada por computadores’” (2008, p. 19), é necessário distingui-las considerando traços que são específicos a seus diferentes tipos de uso. Para isso, o autor discorre sobre as relações estabelecidas a partir do *e-mail*, dos *new groups*, das salas de bate-papo etc. Cada uma delas com propriedades específicas estruturadas segundo interesses e capacidade de manipulação da tecnologia.

Recorrendo a McLuhan, mais uma vez a sua máxima de que “o meio é a mensagem” se confirma quando se trata do celular. É fácil concordar com o teórico canadense quando ele diz que, “para efeitos práticos e operacionais, o meio é a mensagem” e que “isto apenas significa que as conseqüências sociais e pessoais de qualquer meio — ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos — constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nos mesmos” (1964, p. 35).

Diante dos cenários apresentados, não seria difícil concluir que estamos todos presos a uma cadeia ou mais precisamente a uma rede informacional, transformados em terminais estimulados por *inputs* tecnológicos numa inversão da ordem



homem/tecnologia. No entanto e a despeito disso, Peter Pál Pelbart (2002) propõe que seria mais proveitoso reconhecer nessa nova paisagem a emergência de uma nova subjetividade com características próprias e carregada de potência.

Nesse contexto, adquire pertinência discussões como a de André Lemos em busca de uma redefinição da noção de território não mais como algo fixo ou um lugar geográfico, mas como algo que se define a partir de redes comunicacionais. Diante destas possibilidades, afirma Lemos, as cidades se modificam e ganham a qualidade de “cibercidade” passando a serem pensadas como “ambientes generalizados de acesso pessoal e móvel à informação”, constituindo um “território informacional” (2007, p. 123).

O conteúdo desses territórios são informações – transformadas em *bits* – que trafegam por conexões sem fio de um ponto a outro ou, a vários outros se assim desejar o usuário. Característica ainda deste território é a mobilidade, pois diferentemente do ciberespaço que se configura pelo espaço eletrônico internet, os territórios informacionais se constituem pela zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano, em parte pela conexão, em parte pela mobilidade (LEMOS, 2007). A esses territórios cabem as informações necessárias para o aqui e agora; informações que podem chegar ao indivíduo quando este está dentro de um trem ou então a espera de alguém que não vai chegar. Indivíduo que, através de uma simples mensagem, pode re-configurar seu destino se direcionando para outras ações.

A partir destas e de outras mudanças sócio-culturais originárias da presença dessas novas tecnologias de comunicação, cabe analisar de que forma essa apropriação e uso pode contribuir para os processos sociais. Para isso, aliado a qualquer discussão sobre essas novas subjetividades e novas sociabilidades, deve-se considerar o modo como vem se desenhando essas mídias em sua própria materialidade, considerando, como afirma Castells, que nem "a tecnologia determina a sociedade e nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica" (1999, p. 25).

Assim, se no momento de instauração da comunicação móvel, a posse do celular ainda era capaz de explicitar diferenças simbólicas a capacidade de consumir, a velocidade do desenvolvimento das tecnologias digitais e de transmissão levou a um processo de popularização do dispositivo, que o tornou acessível a camadas sociais menos favorecidas cultural e economicamente. A força de conexão desses aparelhos não está somente em acontecimentos como o que ocorreu em São Paulo, mas também em



situações de participação política e social, como os *smart mobs* ou *flash mobs*¹⁵ que são mobilizações que expressam anseios e desejos compartilhados por pessoas que fazem parte de uma mesma rede conectiva, sem necessariamente se conhecerem. Com isso, a força do celular está em sua conexão que pode levar a situações colaborativas em função de desejos e intenções compartilhadas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. e HORKHEIMER. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorde Zahar, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp e Porto Alegre: Zouk 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. P.43
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1990.
- FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEMOS André. “Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais.” in Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, n. 1 (jan-jun, 2008).
- LEVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação com extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

¹⁵Os exemplos são muitos, desde protestos contra o editorial de um grande jornal de São Paulo que considerava a ditadura no Brasil uma “ditabranda”, até encontros lúdicos como uma guerra de travesseiros no parque do Ibirapuera.



PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio: políticas de subjetividade contemporânea.** São Paulo: Iluminuras, 2000.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON. J. B. “A nova visibilidade.” in *Matrizes*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, n. 2 (jan-jun, 2008).